

OS LIMITES DO (CONCEITO DE) TEXTO: DESTAQUE PARA O NÃO VERBAL

THE LIMITS OF (THE CONCEPT OF) TEXT: EMPHASIS ON THE NONVERBAL ASPECT

Valdinar CUSTÓDIO FILHO¹

Débora Liberato ARRUDA²

RESUMO: Pesquisas sobre o aparato multimodal dos textos ainda são relativamente recentes na Linguística Textual e elas focalizam quase que exclusivamente a caracterização dos gêneros textuais ou dos gêneros no ambiente digital. Neste artigo, analisamos o papel da imagem no texto e, para isso, contemplamos duas tendências: a Gramática do Design Visual, proposta por Kress & van Leeuwen (2006), e a matriz da linguagem visual, Santaella (2005) e Santaella & Nöth (2008). Compreendemos que se deve assumir toda a complexidade do objeto texto e propor análises as quais deem conta dessa multiplicidade, considerando-se que as diferentes manifestações semióticas ou os diferentes processos envolvidos em situações de interação sem o verbal passam por um tratamento interpretativo quando da interação, o qual, segundo algumas vertentes, parece se assemelhar ao tratamento que é dado ao linguístico. Veremos que a discussão sobre a pertinência de outras linguagens na configuração dos sentidos é uma tese já antiga. O que se pode considerar novo é o fato de a Linguística Textual só mais recentemente ter começado a se preocupar com essa questão. Logo, como efeito colateral, temos a emergência de uma questão polêmica: decidir até que ponto o caminho aberto pela consideração do não verbal pode ir.

PALAVRAS-CHAVE: Linguística Textual. Multimodalidade. Gramática do Design Visual. Matriz da Linguagem Visual.

ABSTRACT: Studies on the multimodal apparatus of texts are relatively recent in Textual Linguistics and they tend to focus almost exclusively on the characterization of textual genres or genres in the digital environment. In this article, we analyze the role of the image in texts and, intending to contemplate two tendencies: the Grammar of Visual Design, proposed by Kress & van Leeuwen (2006), and the visual language matrix presented by Santaella (2005) and Santaella & Nöth (2008). We understand that one must assume all the complexity of the textual object and propose analyzes that account for its multiplicity, considering that different semiotic manifestations or different processes involved in non-verbal interaction situations undergo an interpretative treatment in interactional situations, which, according to some aspects, seems to resemble the treatment given to the linguistic apparatus of text. We will see that discussion about the pertinence of other modes of language in the configuration of meaning is an old thesis. What can be considered new is the fact that Textual Linguistics has only more recently begun to worry about this question. Therefore, as a side effect, we have the emergence of a controversial issue: to decide to what extent the path opened by the consideration of non-verbal can go.

KEYWORDS: Textual Linguistics. Multimodality. Grammar of Visual Design. Matrix of Visual Language.

1. Doutor em Linguística. Professor Adjunto da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: valdinarcustodio@gmail.com.

2. Doutora em Linguística Aplicada. Professora do Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual do Ceará. E-mail: debarruda@gmail.com.

Introdução

A natureza multifacetada do texto comporta em sua constituição a possibilidade de a comunicação ser estabelecida não apenas pelo uso da linguagem verbal, mas pela utilização de outros recursos semióticos. Temos, então, que a materialidade textual (elemento que, embora não suficiente, é absolutamente necessário para que os sentidos se construam) pode se organizar sob diferentes combinações intersemióticas. Isso, para nós, constitui uma posição, ainda, desconsiderada pela Linguística Textual (LT), haja vista, por exemplo, a necessidade de reformular o conceito de Koch (2004, p. 32-33), a fim de que os textos multimodais possam ser contemplados:

A produção de linguagem [verbal e não verbal] constitui *atividade interativa* altamente complexa de produção de sentidos que se realiza, evidentemente, com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas que requer não apenas a mobilização de um vasto conjunto de saberes (enciclopédia), mas a sua reconstrução e a dos próprios sujeitos – no momento da interação verbal (grifos da autora).

Na verdade, não há, a rigor, uma novidade em tal direcionamento. Martins (1994³), em uma obra que apresenta aos iniciantes o conceito de leitura, já mostra a relevância de outras linguagens para a compreensão textual:

Seria preciso, então, considerar a leitura como *um processo de compreensão de expressões formais e simbólicas, não importando por meio de que linguagem*. Assim, o ato de ler se refere tanto a algo escrito quanto a outros tipos de expressão do fazer humano, caracterizando-se também como acontecimento histórico e estabelecendo uma relação igualmente histórica entre o leitor e o que é lido (MARTINS, 1994, p. 30, grifo da autora).

O fato de Martins estar se referindo, especificamente, à leitura não pode mascarar a ideia mais fundamental de que, no final das contas, se está falando de *texto*. Tanto é que a própria autora completa: “a noção de texto aqui também é ampliada, não mais fica restrita ao que está escrito, mas abre-se para englobar diferentes linguagens” (1994, p. 33). O que intentamos mostrar com essas observações é que a discussão sobre a pertinência de outras linguagens na configuração dos sentidos é uma tese já antiga. O que se pode considerar novo é o fato de a LT só mais recentemente estar começando a se preocupar com essa questão.

3. A primeira edição dessa obra data de 1982.

Trata-se, sem dúvida, de uma decisão “estranha” para uma ciência que tem como objetivo fundamental a investigação dos sentidos como decorrentes das manifestações comunicativas na interação. Parece-nos que a decisão por privilegiar o aparato linguístico da interação causou algumas limitações no que diz respeito a uma investigação mais plena acerca da produção de sentidos. As limitações passaram a ser reconhecidas e enfrentadas há algum tempo, como se vê, por exemplo, na preocupação atual com o caráter multimodal das práticas discursivas, sobre o qual discutiremos ainda nesta seção.

Por ora, julgamos necessário reforçar a tese da importância da linguagem não verbal e sua relação com a configuração de sentidos. A partir das ideias apresentadas em Martins, temos que a natureza do ser humano lhe exige uma postura constante de “buscador de significações”. Martins (1994, p. 11) coloca a situação como algo presente desde o início da vida:

Desde os nossos primeiros contatos com o mundo, percebemos o calor e o aconchego de um berço diferentemente das mesmas sensações provocadas pelos braços carinhosos que nos enlaçam. A luz excessiva nos irrita, enquanto a penumbra tranquiliza. O som estridente ou um grito nos assustam, mas a canção de ninar embala nosso sono. Uma superfície áspera desagrada, no entanto o toque macio de mãos ou de um pano como que se integram à nossa pele. E o cheiro do peito, a pulsação de quem nos amamenta ou abraça podem ser convites à satisfação ou ao rechaço. *Começamos assim a compreender, a dar sentido ao que e a quem nos cerca* (grifo nosso).

Essa necessidade de atribuir sentidos vai se especializando e se refinando, de modo que o leitor (ou, adaptando para nossa discussão, o interlocutor) é capaz de reconhecer diversos textos, de diferentes tipos, no mundo que o cerca:

Quando começamos a organizar os conhecimentos adquiridos, a partir das situações que a realidade impõe e da nossa atuação nela; quando começamos a estabelecer relações entre as experiências e a tentar resolver os problemas que se nos apresentam – aí então estamos procedendo a leituras, as quais nos habilitam a basicamente ler tudo e qualquer coisa. (MARTINS, 1994, p. 17).

Temos, então, que o ser humano está cercado por textos para os quais propõe sentidos (ou leituras). Levando-se em consideração a possibilidade de tais sentidos serem manifestados a partir de diferentes modos de enunciação (verbal, visual, sonoro), podemos considerar, por exemplo, que, da mesma forma que a história em quadrinhos apresentada em (1), também as pinturas e os sinais de

trânsito são textos, pois ambos entram no rol de eventos que se baseiam numa superfície ao mesmo tempo em que remetem a elementos sociocognitivos necessários à interpretação. Considerando-se que assim o seja, como efeito colateral temos a emergência de uma questão polêmica: decidir até que ponto o caminho aberto pela consideração do não verbal pode ir.

Aliada à tese de que há textos sem a presença do verbal, encontra-se a ideia de que o reconhecimento dos estímulos diversos que chegam a nossos órgãos sensoriais nos chama constantemente à atividade de interpretar para produzir sentidos⁴. Nessa acepção bem ampla (que, reconheça-se, se alinha bem ao Sociocognitivismo), tudo seria texto. A interpretação que o jogador de vôlei faz sobre os movimentos da equipe adversária na hora do saque (chamada pelo locutor televisivo de “leitura do jogo”); o conjunto de gestos que fazem parte da “conversa” entre o limpador de parabrisas e o motorista quando o carro para no semáforo; as considerações mentais sobre pobreza/caridade/economia que um indivíduo faz quando vê um desabrigado na rua⁵; os movimentos e tudo o mais envolvido no ato sexual; a equação matemática... Tudo pode ser considerado texto, porque nos chama a participar ativamente de uma interação para a qual devemos dar sentido(s)⁶.

Frente a essa abertura ilimitada, é necessário, então, tomar decisões sobre como estabelecer os conceitos de modo que fiquem claras as possibilidades de operacionalização das investigações. Nossa posição é a de que se deve assumir toda a complexidade do objeto texto e propor análises as quais deem conta dessa multiplicidade, considerando-se que, ainda que se configurem como não verbais,

4. Até o momento, a ênfase dessa ideia tem sido posta sobre o papel da visão, mais que dos outros aparatos sensoriais. No dizer de Kress & van Leeuwen (2006, p. 163), “Ver tem, em nossa cultura, se tornado sinônimo de entender. Nós ‘olhamos’ para um problema. Nós ‘vemos’ o ponto [onde queremos chegar]. Nós adotamos um ‘ponto de vista’. Nós ‘focalizamos’ uma questão. Nós ‘vemos coisas em perspectiva’. O mundo como ‘nós o vemos’ (mais que ‘como nós o conhecemos’, e certamente não ‘como nós o ouvimos’ ou ‘como nós o sentimos’) tem se tornado a medida do que é ‘real’ e ‘verdadeiro’” / “Seeing has, in our culture, become synonymous with understanding. We ‘look’ at a problem. We ‘see’ the point. We adopt a ‘viewpoint’. We ‘focus’ on an issue. We ‘see things in perspective’. The ‘world as we see it’ (rather than ‘as we know it’, and certainly not ‘as we hear it’ or as ‘we feel it’) has become the measure for what is ‘real’ and ‘true’”. Para Santaella (2005, p. 70-78), esse “privilegio cognitivo” da visão, em relação aos outros sistemas sensoriais, está relacionado à organização físico-biológica do corpo humano.

5. Ainda que, nesse caso, estejamos enfocando a reflexão mental sobre uma situação, é possível considerar a ocorrência de um texto, a depender do alcance que se manifesta a partir das relações entre texto e instâncias responsáveis pela textualidade.

6. Na mesma linha, Martins (1994, p. 7) lança as seguintes perguntas: “Bastará, porém, decifrar palavras para acontecer a leitura? Como explicaríamos as expressões de uso corrente: ‘fazer a leitura de um gesto, de uma situação’, ‘ler a mão’, ‘ler o olhar de alguém’, ‘ler o tempo’, ‘ler o espaço’, indicando que o ato de ler vai além da escrita?”. Também Santaella (2005, p. 277), quando discute as diferentes nuances do conceito de texto – o que é relevante para a construção de sua matriz da linguagem e do pensamento, inspirada na lógica peirciana –, diz que “Num sentido mais amplo, texto se refere a mensagens em quaisquer códigos, de modo que podem ser chamados de textos os mais diversos fenômenos culturais: filmes, danças, *happenings*, peças musicais, cerimônias, pinturas e até espetáculos circenses”.

as diferentes manifestações semióticas ou os diferentes processos envolvidos em situações de interação sem o verbal passam por um tratamento interpretativo quando da interação, o qual, segundo algumas vertentes, parece se assemelhar ao tratamento que é dado ao linguístico; essa seria a decisão mais coerente com o panorama atualmente delineado nos estudos sobre o texto.

De fato, os linguistas (não apenas os do texto) vêm garantindo crescente papel ao estudo dos textos multimodais – “qualquer texto cujos significados são realizados por meio de mais de um código semiótico” (KRESS & van LEEUWEN, 2006, p. 177). A multimodalidade, então, destaca-se como fenômeno passível de análise pelas correntes linguísticas, em conjunção (ou em contraposição) com a natureza linguístico-verbal dos enunciados.

Neste artigo, realizamos uma análise do papel da multimodalidade – mais especificamente falando, da imagem no texto. Uma vez que, em LT, as pesquisas sobre o aparato multimodal dos textos ainda são relativamente recente e, a rigor (conforme salientamos posteriormente), focaliza quase que exclusivamente a caracterização dos gêneros textuais ou dos gêneros no ambiente digital (o que é insuficiente para uma análise de estratégias textual-discursivas), julgamos necessário, para viabilizar a análise pretendida, reconhecer as contribuições sobre o estudo da imagem oriundas de outras perspectivas teóricas.

Apresentemos um breve estado da arte dos estudos da imagem, o qual, em nosso recorte, contempla duas tendências: a Gramática do Design Visual, proposta por Kress & van Leeuwen (2006) e a matriz da linguagem visual, conforme sugestão de Santaella (2005) e Santaella & Nöth (2008). Vejamos, então, como se caracterizam essas duas propostas, a fim de que possamos estabelecer os diálogos e as dissonâncias entre essas perspectivas e o fazer teórico da Linguística Textual.

1. A Gramática do Design Visual

Em Kress & van Leeuwen (2006), apresentam-se as justificativas para se estudar o caráter multimodal dos textos. Os autores (2006, p. 36) sustentam que uma constatação inicial é a de que o papel da linguagem verbal vem assumindo novos contornos nas sociedades modernas:

O lugar, uso, função e valoração da linguagem na comunicação pública está mudando. Ele está se movendo de seu papel inicial, imutável, como o modo de comunicação, para o papel de um modo entre outros, para a função, por exemplo, de ser um modo para comentar, para ratificar, ou para rotular, embora mais em alguns domínios que em outros, e mais rapidamente em umas áreas que em outras (grifo dos autores).

A partir de alguns exemplos de textos presentes nas interações cotidianas – livros infantis, capas de revistas, convites, material didático multimídia e mapas conceituais –, Kress & van Leeuwen mostram que a linguagem verbal, de fato, vem dividindo espaço com outros modos semióticos⁷; algumas vezes, ela nem chega a ser a semiose mais destacada.

Saliente-se, contudo, que, a partir da obra de Kress & van Leeuwen, temos que a relevância das imagens na comunicação não se limita aos efeitos estilísticos encontrados, via de regra, nos textos publicitários. Em outros espaços sociais, as imagens também vêm dominando. No campo da “transmissão” de informações, a imagem vem ganhando espaço, o que se percebe, por exemplo, pela crescente utilização de infográficos em textos jornalísticos e pela presença maciça da imagem nos livros didáticos

Os autores sinalizam que, no estágio atual, o aumento da quantidade e a diferença na qualidade das informações são tão acentuados que se passou a exigir diferentes formas de contato com os textos, de modo que cabe o seguinte questionamento: “será que a informação é hoje tão vasta, tão complexa, que talvez ela *tenha de ser tratada visualmente, porque o verbal não é mais adequado?*” (KRESS & van LEEUWEN, 2006, p. 32, grifo dos autores). A resposta afirmativa à pergunta, por si, já reclama a emergência de um tratamento científico das práticas multimodais. Todavia, é necessário acrescentar, como fazem os pesquisadores, que a multimodalidade sempre foi constitutiva das práticas linguísticas. Em outras palavras, a multimodalidade é uma característica que sempre esteve presente nas práticas de interação, embora só há algum tempo tenha começado a passar por um tratamento científico-racional.

O estudo da multimodalidade, então, não se justifica com base, apenas, no objetivo mais instrumental de lidar com as manifestações textuais atuais. Ele diz respeito a uma necessária reflexão teórica sobre o estatuto intrínseco da linguagem e da interação, já que

[...] a linguagem, seja na fala, seja na escrita, *sempre existiu como apenas um modo dentre uma amostra de modos* envolvidos na produção de textos, falados ou escritos. Um texto falado nunca é somente verbal, mas também visual, combinado com modos tais como expressão facial, gesto, postura e outras formas de autoapresentação. Um texto escrito, igualmente, envolve mais que a linguagem: ele é

7. Na mesma linha, Santaella (2007, p. 289) diz que, a partir do século XX, “a escrita continuou seu curso, mas perdeu certamente a sua dominância sobre a cultura, passando a conviver com a imagem, existindo ou de modo paralelo à imagem, como nos livros sem ilustrações, nos quais o texto impresso continuou dominando toda a cena, ou de modo complementar à imagem, como no jornal, nas revistas, na publicidade e nos livros ilustrados. [...] o século XX foi o século da coexistência, da convivência e também das misturas da escrita com a imagem”.

escrito em algo, em algum material [...] e ele é escrito com alguma coisa [...]; com letras formadas em tipos de fonte, influenciadas por considerações estéticas, psicológicas, pragmáticas, entre outras, e com um layout imposto pela substância material, seja na página, na tela do computador, na placa de metal polido (KRESS & van LEEUWEN, 2006, p. 41, grifo nosso).

A partir das observações dos pesquisadores, julgamos que, na verdade, a atitude frente à grande “popularidade” da multimodalidade como fenômeno pesquisável pelas ciências da linguagem deveria ser menos de deslumbramento (“como isso tudo é novidade!”) e mais de estranhamento (“por que só agora isso começou a ser estudado?”). Dentro deste panorama, Kress & van Leeuwen (2006, p. 21) pretendem ocupar uma lacuna: “as culturas letradas têm sistematicamente suprimido meios de análises das formas visuais de representação, de modo que não há, no momento, um esquema teórico estabilizado dentro do qual a representação das formas visuais possa ser discutida”.

A construção desse quadro teórico estabilizado aparece como reivindicação decorrente das razões (tanto aplicadas quanto teóricas) citadas para se estudarem os outros modos semióticos que não o verbal (principalmente, a imagem). Com isso em mente, Kress & van Leeuwen sugerem – como alternativa consistente de investigação – a Gramática do Design Visual (GDV). A menção a esse construto teórico é fundamental nos estudos sobre multimodalidade, em virtude de ser esta a vertente que vem sendo mais utilizada, nas pesquisas sobre imagem realizadas por linguistas, em nosso país – tanto nos trabalhos diretamente relacionados à Análise Crítica do Discurso⁸ quanto nos estudos sobre os gêneros textuais e sobre os gêneros do ambiente virtual de aprendizagem⁹.

A GDV baseia-se na convicção de que é possível elaborar uma “sintaxe” das imagens, a qual tem por objetivo descrever “a maneira como os elementos representados – pessoas, lugares e coisas – combinam-se nos ‘enunciados’ visuais de maior ou menor complexidade e extensão” (KRESS & van LEEUWEN, 2006, p. 1). Toma-se como ponto de partida a mesma ideia central que guia os estudos funcionalistas: “as formas gramaticais [funcionam] como recursos para codificar interpretações da experiência e formas de (inter)ação social” (KRESS & van LEEUWEN, 2006, p. 1).

8. A GDV nasce no seio da Análise Crítica do Discurso, tomando como base algumas categorias dessa corrente teórica. Podemos citar como trabalhos nessa linha os estudos de Petermann (2005) e Magalhães & Novodvorski (2008).

9. Por exemplo, Dionísio (2006) e Xavier (2002). No âmbito das reflexões fora da Análise Crítica do Discurso, a influência de Kress & van Leeuwen é percebida mais na comunhão dos mesmos pressupostos que na utilização dos mesmos critérios analíticos. Também seguiremos a mesma abordagem, mas, como discutimos na próxima seção, com consequências completamente distintas do que se vê em Análise de Gêneros e nos estudos sobre o hipertexto.

É possível destacar, na proposta dos autores para a formulação da GDV, duas preocupações investigativas, uma aplicada e outra teórica. A preocupação aplicada está relacionada à já mencionada necessidade de lidar com a presença maciça da multimodalidade nas interações hodiernas. Segundo Kress & van Leeuwen (2006, p. 20), “seu papel [dos textos multimodais] na vida de crianças e adultos é tão importante que nós não podemos simplesmente nos dar o luxo de deixar a habilidade de pensar e falar sobre elas (e, de fato, de produzi-las) a um grupo de especialistas”. Com isso, eles sugerem que o reconhecimento das práticas multimodais é uma condição necessária para o exercício mais pleno da competência comunicativa, o que traz implicações para o ensino de línguas, que precisaria rever sua posição “escritocêntrica”¹⁰ de transmissão e produção do conhecimento.

Ao afirmarem que a imagem é passível de uma análise tão produtiva quanto a que se reserva à linguagem, Kress & van Leeuwen destacam que isso é pertinente, inclusive, no que toca ao plano discursivo. Para os autores (2006, p. 5), o estudo da multimodalidade deve contemplar, também, “as condições históricas, sociais e culturais mais amplas que fazem e refazem a ‘linguagem’ visual”. Nesse âmbito, a posição dos autores vai ao encontro das correntes que defendem a tese de que a significação só pode ser obtida na interação, quando se estabelecem os espaços discursivos determinantes das práticas. Naturalmente, a reflexão requer uma posição quanto ao papel da realidade nas práticas semiótico-discursivas, para o que Kress & van Leeuwen (2006, p. 47) defendem a seguinte tese:

A estruturação visual tem sido tratada ou como simplesmente reproduzindo as estruturas da realidade [...], mais que como proposições significativas criadas por meio de uma sintaxe visual, ou tem sido discutida em termos formais somente. [...] nenhuma dessas abordagens nos satisfaz. As estruturas visuais não reproduzem simplesmente as estruturas da “realidade”. Ao contrário, elas produzem imagens de realidade que são conectadas aos interesses das instituições sociais dentro das quais as imagens são produzidas, veiculadas e lidas. Elas são ideológicas. As estruturas visuais nunca são meramente formais: elas têm uma dimensão semântica profundamente importante.

Vê-se, claramente, que os autores assumem uma perspectiva de realidade como construção, dependente dos usos e das circunstâncias sociais. Dessa forma, a imagem, como modo semiótico que é, também é ideologicamente determina-

10. Segundo Kress & van Leeuwen (2006, p. 16), no ensino, a escrita continua a figurar como o modo majoritário de produção e transmissão do conhecimento, mesmo que, “Fora da escola, [...] as imagens ganhem um papel cada vez maior, e não somente em textos para crianças” / “Outside school, [...] images play an ever-increasing role, and not just in texts for children”.

da. Além disso, se confrontarmos a afirmação dos autores com o que dissemos, na seção anterior, sobre o estatuto do texto na atualidade, veremos que as ideias se alinham, ambas se atendo (apesar de seus objetivos específicos) à necessidade de uma reflexão mais completa acerca da natureza das significações (por isso Kress & van Leeuwen falam numa “dimensão semântica profundamente importante”).

Consideramos, então, que a proposta sedimentada por Kress & van Leeuwen apresenta pressupostos consistentes sobre o fenômeno da multimodalidade, os quais podem ser arregimentados para subsidiar outras perspectivas investigativas além da Gramática do Design Visual. Trata-se de um conjunto de princípios interessantes para a discussão em torno da ampliação da noção de texto. Isso é importante para garantir as relações que aqui estamos traçando entre princípios sociocognitivistas de produção dos sentidos e análises do objeto texto condizentes com tais princípios. Os avanços aqui discutidos não se restringem ao tratamento multimodal dos textos em LT, mas dizem respeito, também, às situações de interação normalmente analisadas nessa área. Passamos então à apresentação da proposta semiótica (peirciana) de tratamento da imagem, conforme a teorização de Santaella (2005).

2. A matriz da linguagem visual

Na contracapa e orelhas anterior e posterior do livro dos semioticistas Santaella & Nöth ([1997] 2008), Arlindo Machado apresenta a obra, dizendo que “Fazia falta entre nós um volume como este, capaz de dar conta da problemática dos signos visuais ou audiovisuais em toda a sua extensão, profundidade, e variabilidade”. Machado credits aos autores o mérito de irem além da constatação simplista de que o tratamento teórico rigoroso da imagem é uma tarefa considerada árdua ou impossível, e conclui: “agora, ninguém mais vai poder justificar atitudes de estupefação ou de impotência teórica diante de uma imagem”.

A retórica de Machado, por si, é motivo suficiente para incitar um pesquisador da Linguística Textual – interessado no poder de significação das imagens e sabedor de que o aparato analítico da LT ainda é insuficiente para investigar o fenômeno – a prestar bastante atenção na reflexão teórica de Santaella (nesta obra em coautoria e em outras nas quais o mesmo tema aparece). Se, além disso, esse pesquisador perceber uma íntima relação entre as perguntas colocadas pela Semiótica peirciana (“como se dá a apresentação e compreensão do mundo pelo ser humano? Como a multiplicidade e diversidade infinitas do universo sensível são convertidas em realidades inteligidas?” (SANTAELLA, 2005, p. 14-15)) e os

questionamentos que a LT estabelece em relação ao papel dos textos na construção dos sentidos, ele será levado a crer que um diálogo entre as duas perspectivas pode ser bastante produtivo para um estudo mais completo sobre o papel das imagens nas práticas comunicativas.

Um dos objetivos de Santaella é o de fornecer uma proposta de compreensão dos processos de significação que parta de considerações mais consistentes do que as normalmente feitas na sua área específica de atuação – a Comunicação Social. Segundo a autora, um problema das teorias da Comunicação é a ênfase no veículo em detrimento da mensagem:

A primeira coisa que se deixa de perceber, como uma espécie de ponto cego da retina, quando o olhar obsediante se fixa apenas nas mídias, são as linguagens, os processos sógnicos que muito justamente são transportados e transitam pela mídia. Ora, o veículo, meio ou mídia de comunicação é o meio mais superficial, no sentido de ser aquele que primeiro aparece no processo comunicativo. Não obstante sua relevância para o estudo desse processo, veículos são meros canais, tecnologias que estariam esvaziadas de sentido não fossem as mensagens que neles se configuram. (SANTAELLA, 2005, p. 380).

Santaella exemplifica esse equívoco mencionando a organização dos currículos dos cursos de Comunicação, divididos por veículos – jornal, cinema, rádio e televisão – ou por serviços – relações públicas, turismo etc. Esse viés superficial pode levar à perda do que é primordial na prática da comunicação: a linguagem. A fim de recuperar essa dimensão, a autora se manifesta:

É mais do que tempo, portanto, de superarmos as visões atomizadas das linguagens, códigos e canais, baseadas apenas nos modos de aparição das mensagens, para buscarmos um tratamento mais econômico e integrador que nos permita compreender como os signos se formam e como as linguagens e os meios se combinam e se misturam. (SANTAELLA, 2005, p. 28).

A proposta integradora de Santaella (2005) parte da Semiótica peirciana. Sua tese principal (SANTAELLA, 2005, p. 20) é a de que “há apenas três matrizes de linguagem e pensamento a partir das quais se originam todos os tipos de linguagem e processos sógnicos que os seres humanos, ao longo de toda a sua história, foram capazes de produzir”. Logo, “a multiplicidade variegada das linguagens é gerada a partir de combinações e misturas entre as três matrizes que estão na base dessa multiplicidade” (p. 21).

Essas três matrizes comunicacionais – o som, a imagem e o verbo – estão associadas, respectivamente, às três instâncias da experiência humana – primeiridade, secundidade e terceiridade. O som, como possibilidade sugestiva, está calcado na primeiridade. A imagem, como presentificação, se alicerça na secundidade. O verbo, como convenção, funda-se na terceiridade.

O trabalho de Santaella busca, primeiro, uma determinação do tipo de realização mais pura com que uma matriz pode se manifestar, para, em seguida, reconhecer as mesclas entre as matrizes. Para a matriz visual (a que nos interessa nesta exposição), a autora considera como protótipo a imagem fixa (pintura, diagrama, fotografia etc.). As formas visuais em movimento – como se vê no cinema, vídeo, TV e computação gráfica – são linguagens híbridas entre o sonoro, o visual e o verbal, cujo entendimento pressupõe o reconhecimento das características básicas de cada matriz.

Além disso, a pesquisadora, mantendo a ideia de que há interpenetrações e gradações diferentes do caráter semiótico, estabelece as diferentes manifestações comunicativas dentro de cada matriz. Assim é que cada uma delas apresenta uma gradação que vai das formas mais imprecisas e sugestivas, passando pelas formas mais perceptíveis, até chegar às formas mais convencionalizadas.

Descrever a matriz visual, portanto, implica, em primeiro lugar, admitir sua natureza essencialmente indicial (secundidade), representada prototipicamente pela imagem fixa e, em segundo lugar, propor, para as imagens fixas, uma classificação que

[...] tenha seu núcleo nas formas indiciais genuínas para espriar-se, de um lado, em formas que vão, cada vez mais, aproximando-se do ícone, [...] enquanto, de outro lado, a classificação vai, cada vez mais, aproximando-se das formas representativas em que a convencionalidade se acentua nas várias modalidades do simbólico. (SANTAELLA, 2005, p. 199).

Assim é que as imagens fixas são classificadas em formas não representativas (icônicas), formas figurativas (indiciais) e formas representativas (simbólicas).

As formas não representativas “dizem respeito à redução da declaração visual a elementos puros: tons, cores manchas, brilhos, contornos, [...] texturas, massas, proporção, dimensão, volume etc.” (SANTAELLA, 2005, p. 210). Devido ao seu alto poder de sugestão, as formas não representativas são consideradas icônicas. Essas imagens, chamadas normalmente, no universo da arte, de *abstractas*, não têm a pretensão de representar um objeto denotável, como se pode perceber a partir do exemplo (1).

(1)



(KADINSKY. *Sketch for composition IV*. Em SANTAELLA, 2005, p. 212.)

As formas figurativas são as que “transpõem para o plano bidimensional ou criam no espaço tridimensional réplicas de objetos preexistentes e, o mais das vezes, visíveis no mundo real” (SANTAELLA, 2005, p 227). Essas são as formas indiciais por excelência¹¹, cujo protótipo é a fotografia¹², como o exemplo a seguir:

(2)



(NÖTH, Wilfred. *Feira de São Joaquim, Salvador, Bahia, setembro de 1999*. Em Santaella, 2005, p. 232.)

11. Santaella considera, para a imagem, os termos “figurativo”, “indicial” e “referencial” como sinônimos. Não utilizamos o último a fim de evitar confusão em relação ao sentido que ele tem na proposta teórica da referenciação. No momento oportuno, assinalamos as distintas concepções de referência (para a Semiótica e para a LT).

12. Isso não quer dizer que apenas as fotografias sejam figurativas (veja-se o caso das pinturas realistas, por exemplo) nem que as fotografias sejam apenas indiciais: como bem observa Santaella (2005, p. 236), fotografias artísticas podem ter alto grau sugestivo (o que as aproxima do ícone) e fotografias científicas ou fotografias de propaganda “podem caminhar na direção da generalidade própria do signo”.

As formas representativas (ou simbólicas) “são aquelas que, mesmo quando reproduzem a aparência das coisas visíveis, essa aparência é utilizada apenas como meio para representar algo que não está visualmente acessível e que, via de regra, tem um caráter abstrato e geral” (SANTAELLA, 2005, p. 246). Em virtude do seu caráter convencional, o significado de uma forma representativa “só pode ser interpretado com a ajuda do código de convenções culturais” (p. 246). Santaella dá como exemplo de forma representativa o quadro a seguir:

(3)



(VAN EYCK, Jan. *O casamento de Giovanni Arnolfini e Giovanna Cenami*. Em SANTAELLA, 2005, p. 247.)

A autora comenta que a “leitura” desse quadro ultrapassa o reconhecimento (ou a suposição) de que se trata de uma cena do mundo. Woodford (*apud* SANTAELLA, 2005) descreve os elementos da cena em suas relações com convenções culturais da época. Por exemplo, a vela acesa no candelabro não tem a função de iluminar o cômodo, visto que, pela claridade que vem da janela, somos informados de que a sala é iluminada pela luz do dia; a luz da vela representa (simboliza) Jesus Cristo, aquele que tudo vê e que está presente para abençoar o lar em que se consumará a união do casal. Essa é, obviamente, uma leitura simbólica da imagem.

Partindo dessas três grandes categorias das formas visuais, Santaella (2005) propõe subdivisões triádicas dentro de cada uma delas, de modo que detalha ainda mais o caráter heterogêneo dos signos. Em uma subcategoria como, por exemplo, “a qualidade como lei: a invariância”, temos o aspecto básico de qualquer figura, que é o índice; como essa categoria é subordinada às formas não representativas, ele apresenta traços icônicos; além disso, por estabelecer alguma regularidade de formas abstratas, contém algo de simbólico.

Ao final, para a descrição da matriz visual, o quadro apresenta três grandes categorias, cada uma apresentando três subcategorias, que, por sua vez, se desdobram, cada uma, em outras três “subsubcategorias”, as quais não exemplificaremos aqui. O resultado final de toda essa subdivisão são 27 possibilidades de manifestação dos signos visuais puros. Como o som e o verbo, cada um, também possuem suas 27 modalidades puras, temos, ao todo, 81 manifestações sígnicas, passíveis de serem mescladas entre si. Para Santaella (2005), essa multiplicidade de configuração dos signos é o que garante a miríade de formas de comunicação.

Após apresentar cada uma das suas matrizes, Santaella sugere um cartograma das linguagens híbridas, cujas intenções são: 1) localizar manifestações concretas da linguagem quanto a sua natureza sígnica; 2) propor um panorama geral de entrecruzamentos que podem ser explorados mais profundamente por outros pesquisadores. Seu cartograma contempla as linguagens sonoro-verbais, sonoro-visuais, visual-sonoras, visual-verbais, verbo-sonoras, verbo-visuais e verbo-visual-sonoras. As linguagens híbridas apresentam relações de subordinação entre as matrizes que as configuram; em cada um dos subtipos mencionados, o primeiro elemento do adjetivo composto subordina o(s) elemento(s) seguinte(s).

Eis, então, as possibilidades de estudo da imagem sob a perspectiva semiótica de tendência peirciana. De um lado, é possível estudar as formas visuais enquanto signos “puros”, ou seja, as imagens fixas que não se mesclam a outras formas de linguagem; de outro, a proposta permite que se analise o papel da imagem em manifestações híbridas de linguagem, observando as relações de subordinação geradas com outros modos semióticos. Em todo caso, o que está em tela é o estudo da produção dos sentidos por meio do reconhecimento da natureza multifacetada dos signos.

A abordagem da imagem proposta por Santaella apresenta um quadro classificatório abrangente e bem discriminado, com uma coerência interna que pode, sem exageros, ser considerada exemplar. Se assim o é, seria esperado que essa proposta pudesse fornecer subsídios “robustos” para a compreensão do papel da imagem nos textos. Mas, a nosso ver, não é esse o caso, pelos motivos que expomos a seguir.

Já vimos que a Semiótica peirciana e a Linguística Textual abrigam, até certo ponto, perguntas comuns. A mais fundamental de todas é: “como os sentidos são produzidos?”. Enquanto a LT, durante a maior parte de sua trajetória, investigou o papel da semiose verbal na produção dos sentidos, a Semiótica preocupou-se com o papel dos diferentes modos semióticos em tal produção. Se a diferença de abrangência fosse a única entre as duas correntes, então a LT, ao se

voltar para a investigação de outras semioses que não a verbal, poderia tomar de empréstimo o instrumental investigativo da Semiótica. Reiteramos que, a nosso ver, esse não é o caminho mais produtivo. Há distinções fundamentais entre os postulados das duas propostas, o que, pelo menos para o tratamento da imagem, provoca um distanciamento maior que o desejado.

Considerações Finais

Na atualidade dos estudos em LT, a referência (ou referenciação) diz respeito ao processo dinâmico de construção negociada de objetos de discurso. Na Semiótica, a referência diz respeito à capacidade dos signos de denotar a “realidade”. A referência em Semiótica, portanto, “não depende de uma interpretação pessoal. Ela é uma propriedade objetiva do signo, uma propriedade que dá ao signo o poder de produzir um interpretante, quer esse interpretante seja, de fato, produzido ou não” (SANTAELLA, 2005, p. 191). Em outras palavras, a referência diz respeito não à interpretação que se faz sobre um objeto, e da qual resulta a comunicação, mas à possibilidade de um signo denotar o objeto. Isso equivale ao “poder referencial” do signo.

Há, portanto duas dimensões: a primeira, a da referência, engloba a possibilidade de um signo poder ser utilizado para denotar um objeto (ou da realidade ou passível de existir na realidade); a segunda diz respeito ao processo intelectual (portanto, cognitivo) de atribuição de sentidos aos objetos (não apenas os da realidade). Como este processo é constitutivamente simbólico, ele é, no mais das vezes, dependente da situação em que se apreende o objeto. Então, vemos que, na verdade, tanto o signo da Semiótica quanto o referente da LT são instâncias cuja construção é marcada pelo caráter pragmático¹³. Não é isso, portanto, que marca uma ruptura entre as propostas.

O que marcaria, então? Se ambas têm como pressuposto fundamental a noção de que os processos intelectivos de significação têm uma base cultural, nada mais coerente que aproximar as duas propostas. No caso do estudo das imagens, isso implicaria, por exemplo, reconhecer como os referentes, no texto, são tecidos a partir das categorias não representativas, figurativas e representativas.

Ocorre que, a nosso ver, essa postura investigativa não contemplaria todas as nuances da dimensão sociocognitiva da linguagem. Com isso, estamos dizen-

13. Não cabe entrar em detalhes, mas há uma grande diferença entre a pragmática proposta por Peirce (1995) e a Pragmática como área de investigação linguística (como se vê, por exemplo, em Levinson, 1983). Enquanto no primeiro o viés pragmático está intimamente vinculado à proposta positivista, no segundo, é o relativismo constitutivo das interações humanas que dita as regras.

do que a proposta semiótica, apesar das semelhanças com a LT, não tem, em sua teorização, nenhum construto que equivalha à noção de objeto de discurso, e isso decorre de tal proposta se afastar efetivamente da ideia de interação. Eis, aqui, portanto, a verdadeira ruptura.

Isso, contudo, não quer dizer que a LT se aproxime de uma investigação das supostas características internas (ou objetivas) dos textos (ou dos modos semióticos) porque, mesmo não tratando da complexa participação dos sujeitos reais no processo de interlocução, esta disciplina trata seu objeto como constitutivamente resultante da ação de alguém que produz algo, em determinada situação, que deve ser compreendido por outros. O objeto texto, as estratégias que subjazem a ele e suas categorias de análise são formulados a partir desse direcionamento central, o qual ele carrega em sua configuração elementar.

Isso é, a nosso ver, reconhecer o papel da interação, que engloba tudo o que chamamos de contexto de produção, na configuração dos sentidos. Com isso, não estamos dizendo que não haja uma dimensão objetiva do signo, nem que isso não seja relevante, em alguma etapa do processo, para a interpretação. Apontamos, apenas, que, quando se trata de responder à pergunta “Como a multiplicidade e diversidade infinitas do universo sensível são convertidas em realidades inteligidas?” (SANTAELLA, 2005, p. 14-15), a percepção das “características internas” dos elementos que utilizamos para estabelecer a mediação não parece ser suficiente.

Referências

- KOCH, I. G. V. *Introdução à Linguística Textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- KRESS, Gunther; van LEEUWEN, Theo. *Reading images: the grammar of visual design*. 2. ed. Londres, Nova York: Routledge, 2006.
- MARTINS, Maria H. *O que é leitura*. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção primeiros passos)
- SANTAELLA, L.; NÖTH, Winfried. *Imagem: cognição, semiótica, mídia*. São Paulo: Iluminuras, 2008.
- SANTAELLA, Lucia. *Matrizes da linguagem e pensamento: sonora visual verbal*. 3. ed. São Paulo: Iluminuras/Fapesp, 2005.